



O coronel Milo Aita falou na abertura do curso.

A UFV e o DED estão oferecendo curso de Educação Psicomotora

Com o objetivo de capacitar recursos humanos destinados às atividades a serem desenvolvidas no sistema desportivo nacional, promovendo o aperfeiçoamento necessário ao ensino, planejamento, pesquisa e administração da Educação Física e Desportos, foi aberto, segunda-feira passada, na Universidade Federal de Viçosa, o Curso de Educação Física, do qual participam professores de Educação Física de diversas instituições do País.

A solenidade de abertura foi presidida pelo reitor Antônio Fagundes de Sousa e contou, dentre outros, com a presença do

coronel Milo Aita, assessor do Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura.

Segundo o professor Emílio Gomide Loures, chefe de Departamento de Educação Física da Federal de Viçosa, «o curso, que tem o seu término marcado para o próximo dia 10 de dezembro, é destinado a técnicos e licenciados em Educação Física que exercem suas atividades nas áreas de ensino de 1.º e 2.º graus e de formação de professores». O curso está sendo ministrado em regime de tempo integral.



Os participantes do curso de Educação Psicomotora.

Vestibular

Com a aproximação do Vestibular Unificado de 1978, a juventude estudantil de todo o País intensifica a sua movimentação e seus estudos, visando às providências legais (documentação, inscrição etc.) e a sua preparação intelectual com vistas ao concurso.

Assim começa a carreira dos futuros profissionais de nível superior, de cujo trabalho o País depende e dependerá, amanhã, para sua consolidação no contexto das

grandes potências mundiais.

Nesta fase importante da vida do estudante, quando ele se prepara para o Vestibular, que lhe oferece a oportunidade de começar sua formação profissional, a Universidade Federal de Viçosa lhe traz, na última página desta edição do UFV INFORMA, algumas informações sobre a sua vida acadêmica, bem como sobre o fornecimento de alimentação e alojamento, em seu «campus», durante o Vestibular.



UFV

INFORMA

EDITADO PELA IMPRENSA UNIVERSITÁRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
VIÇOSA - MINAS GERAIS - BRASIL

N.º 506

Quinta-feira, 1 de dezembro de 1977

Ano 9

Diversas universidades do País participaram deste encontro



O encerramento do encontro contou com a participação do reitor da UFV, professor Antônio Fagundes de Sousa.

A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) realizou, com a participação da Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior (ABEAS) e Universidade Federal de Viçosa, de 21 a 25 de novembro último, no Centro de Ensino de Extensão, o II Encontro Nacional de Professores de Extensão Rural, visando a atualização do conteúdo programático das disciplinas de Extensão Rural — componentes obrigatórias dos currículos dos cursos de Ciências Agrá-

rias do País.

Além de 40 representantes de várias universidades, participaram do Encontro técnicos da EMBRATER, da ABEAS, do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA) e do Ministério da Educação e Cultura.

Entre outros objetivos, o II Encontro Nacional de Professores de Extensão Rural se propôs a buscar formas efetivas de integração e entrosamento entre as universidades e o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER).

Aqui, a palestra do diretor geral do Departamento de Documentação

«As Edições Oficiais: uma Ação Disciplinada e Supletiva» foi o tema da conferência proferida pelo diretor geral do Departamento de Documentação e Divulgação do Ministério da Educação e Cultura, dr. Mozart Baptista Bemquerer, na abertura do 2.º Encontro Nacional de Diretores de Gráficas Universitárias (2.º ENGRAF). Pela importância do assunto, estamos publicando, na íntegra, nestas páginas centrais do UFV INFORMA, a conferência do dr. Mozart Baptista Bemquerer.

«Sabemos todos nós da evolução dos sistemas editoriais, nesta época em que a velocidade tem-se constituído em imperativo da condição de vida da criatura humana.

Sabemos das origens dos meios e dos sistemas de comunicação, que tiveram um desenvolvimento relativamente lento desde os primórdios de nossa civilização até o final da primeira metade deste século, quando um novo ritmo foi estabelecido pelo progresso da tecnologia criada e desenvolvida pelo homem.

Numa gama de técnicas de comunicação, a via impressa tem sido a maior importância para a cultura universal, porque ela registra, multiplica e eterniza as grandes manifestações da humanidade, seus estudos, seus anseios, suas realizações.

As técnicas de impressão, que são o objetivo principal da atuação de todos nós presentes a este II Encontro Nacional de Diretores de Gráficas Universitárias, integram-se também nesse conceito de velocidade.

Para uma análise consciente do resultado de tudo que nos cabe realizar, torna-se indispensável aliar a necessidade de um racional acompanhamento de uma evolução da tecnologia específica, com todos os demais envoltórios de uma sociedade moderna, dinâmica e veloz.

Somente uma ação disciplinada, voltada para objetivos concretos, pode assegurar a integração que se faz necessária.

Entendidas, assim, as dimensões oferecidas pela moderna tecnologia editorial, permitimo-nos uma breve análise dos sistemas vigentes no Serviço Público, cuja característica deve ser, especificamente, a de refletir as realizações de caráter governamental.

As edições oficiais devem documentar e difundir os aspectos destacados da ação do Estado e as tradições, o patrimônio histórico e as manifestações culturais de nosso povo.

Com base nesses princípios devem ser entendidos os critérios disciplinadores emanados dos escalões competentes do Governo Federal, sempre atento à conveniência de não admitir as edições indiscriminadas, supérfluas e desnecessárias, para assegurar, por outro lado, toda a produção editorial necessária ao pleno funcionamento das instituições.

Não é de hoje essa preocupação do Governo, que vem, a cada ano, emitindo documentos para o aperfeiçoamento dos sistemas editoriais oficiais.

No Ministério da Educação e Cultura temos, todos nós, a missão de acompanhar a evolução das recomendações do Governo Federal, o que visa garantir a regularidade das edições de que o MEC necessita, para o desenvolvimento de suas atividades como órgão condutor da política da educação e da cultura no País.

Por isso mesmo nossa atenção está voltada não somente para a evolução tecnológica dos serviços de impressão, mas também e especialmente para acompanhar todas as normas e diretrizes emanadas do Governo Federal, garantidoras de uma ação disciplinada e supletiva.

Disciplinada, para se evitar o uso indiscriminado de recursos públicos, mediante a adoção de instrumentos de controle capazes e eficientes.

Supletiva, para a perfeita conciliação entre a ação do poder público e atuação da empresa privada, que devem somar-se para a formação da força propulsora do País.

Como se conclui, de um lado estão as medidas governamentais para a produção editorial oficial e de outro, numa ação conjunta, a presença da empresa privada, estimulada pelo documento aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República intitulado «Ação para a Empresa Privada Nacional».

Nesse documento, com expressa referência à execução de serviços gráficos, a linha de atuação governamental é definida de forma específica no sentido de atribuir-se à empresa privada a execução das tarefas que lhe são pertinentes e de forma genérica a recomendação de que, apenas supletivamente, deve ser entendida a presença governamental.

Como exemplo, aqui mesmo no Estado de Minas Gerais, o Governo Estadual mostrou-se sensível à adoção de critérios análogos, o que está consubstanciado em recente decreto baixado pelo Senhor Governador Aureliano Chaves, ao criar Grupo de Trabalho para examinar e apresentar sugestões e conclusões atinentes à racionalização das atividades gráficas exercidas por órgãos da administração pública estadual.

Observem a preocupação governamental com relação ao assunto. Não se trata de proibir, restringir ou limitar a ação editorial dos órgãos oficiais. Trata-se, ao contrário, de mantê-la viva e dinâmica, porém disciplinada e supletiva.

Temos procurado, para manter viva e dinâmica a ação editorial do



O dr. Mozart Baptista Bemquerer.

Ministério da Educação e Cultura, desenvolver permanentes contatos e entendimentos com os setores que se relacionam com essa ação, não somente com aqueles geradores das diretrizes governamentais, mas também com os que buscam complementar essa ação, através de Encontros, Conferências, Seminários e Exposições.

Ainda no corrente ano o Ministério da Educação e Cultura aceitou e assumiu o patrocínio da I Exposição de Publicações Oficiais Brasileiras, realizada em Porto Alegre de 4 a 8 de julho. Ali estavam expostos os principais títulos editados pelos vários Ministérios e pelos órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

A presença inédita em uma exposição dos setores editoriais dos três Poderes da República reflete uma conscientização de todos ante à conveniência de ações semelhantes, já que é o mesmo o objetivo que se pretende alcançar.

Ao Departamento de Documentação e Divulgação, que nos honra dirigir na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, coube a coordenação dessa Exposição que foi, indiscutivelmente, o ponto alto dentre as realizações do IX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

Noutra oportunidade, o Senhor Ministro das Relações Exteriores solicitou ao Senhor Ministro da Educação e Cultura a designação de representante à XIII Feira Internacional de Moçambique e lá estivemos, por 22 dias, levando, através das principais peças do programa editorial do Ministério, dados e informações do sistema educacional brasileiro e os mais destacados as-

pectos de nossa cultura.

Tratava-se de uma Feira Internacional à qual estiveram presentes 31 países e o Brasil compareceu através do MEC e de um grande número de empresas privadas nacionais e setores específicos de comércio exterior do Ministério das Relações Exteriores e do Banco do Brasil.

Para essa Feira, o MEC recebeu pedido do MRE, no sentido de uma expressiva mostra que englobasse os aspectos gerais da educação e da cultura brasileiras, com destaque ao modelo de alfabetização do MOBRAL, ao know-how de alimentação escolar, ensino técnico e produção de livro e material escolar.

Impressionaram-se as autoridades moçambicanas com o estágio já alcançado pelo Brasil nessas áreas e, dos entendimentos mantidos com aquelas autoridades, dos quais participaram vários ministros de estado e o próprio Presidente da República, surgirão documentos para o prosseguimento do diálogo iniciado, com vistas à exportação para aquele país, da experiência brasileira.

Somente um trabalho consciente e compatibilizado com a política global do Governo pode assegurar resultados tão positivos. Estamos tranquilos quanto a esse resultado, ainda mais considerado o texto do Aviso que a respeito do assunto o Senhor Ministro das Relações Exteriores enviou ao Ministro Ney Braga.

Queremos com isso revelar uma ação permanente do Ministério da Educação e Cultura, que vê e reconhece em sua sistemática editorial o indispensável complemento

ação e Divulgação do MEC, quando da realização do 2.º ENGRAF



Dentro desses conceitos de ação disciplinada e supletiva, entendemos da maior relevância o trabalho desenvolvido pelas gráficas das universidades brasileiras, cujos dirigentes, presentes a este Encontro, são a afirmação do interesse pelo aperfeiçoamento dessa patriótica ação.

Não competindo com a empresa privada, mas com ela convivendo, numa soma de esforços para se alcançar o objetivo programado, a ação das gráficas universitárias representa um papel da maior importância para o apoio ao ensino universitário brasileiro.

A gentileza da atenção dos senhores nos leva a abordar mais alguns aspectos particularizados à ação do Ministério da Educação e Cultura, surgidos após a realização do I Encontro Nacional de Diretores de Gráficas Universitárias, realizado na Universidade Federal de Santa Maria, em outubro do ano passado.

O MEC procurou, como demonstramos, estar atento aos aspectos de caráter tecnológico da evolução dos sistemas editoriais e também aos aspectos formais da política Governamental para as edições oficiais.

Esteve também atento à necessidade de formar uma estrutura capaz de assegurar resultados que estivessem compatibilizados com os interesses dos órgãos, mas ajustados às possibilidades orçamentárias, mediante critérios racionais de tiragens e circulação.

Estivemos permanentemente voltados para essa problemática, desde 1970, quando iniciamos a implantação do Programa Editorial do MEC.

A redução de custos foi sempre uma determinante de nossa ação.

Foi sempre uma preocupação a exigir alternativas de solução, para que o objetivo fosse alcançado, qual seja, o de, com um mínimo de investimento de recursos públicos, assegurar-se o volume de produção editorial necessária.

Estudos foram desenvolvidos e, à conclusão dos mesmos, duas medidas foram consideradas adequadas: a primeira indicava a conveniência de obter-se uma receita decorrente de sistemas de assinatura e de venda avulsas das edições produzidas, em especial com relação aos periódicos, que sempre apresentaram um custo mais elevado; a segunda, se referia à possibilidade de inserção de anúncios de empresas governamentais ou privadas, que estariam assim participando dos custos da estrutura editorial.

A primeira medida teve sua implantação já há alguns anos e já são conhecidos positivos resultados, os quais são sempre analisados para um permanente aperfeiçoamento dos critérios adotados.

Conseguimos, com isso, o estabelecimento de razoável equilíbrio entre o volume editorial necessário e as disponibilidades de recursos a este fim destinados.

Como exemplo, iremos citar a experiência obtida com a revista *Cultura* que de uma tiragem restrita de 5.000 exemplares, passou a uma circulação muito mais ampla, com tiragem que oscila entre 35.000 e 60.000 exemplares.

Tivemos como resultado dessa nova a fase da revista *Cultura*, a-

lém da positiva minimização dos custos editoriais, a possibilidade de colocar a revista ao alcance de um público maior.

Assim, sem maior investimento de recursos públicos, os mais destacados aspectos da cultura brasileira ficaram ao alcance de uma grande camada da comunidade nacional.

Mas, era também necessário desenvolver esforços quanto à inserção de anúncios. Aprovada a sugestão pelo Sr. Ministro Ney Braga, que a consagrou através da Portaria n.º 682, de 1974, desenvolveu o Departamento de Documentação e Divulgação os estudos e os contatos necessários e hoje, nas páginas da revista *Cultura* já são inseridos anúncios das maiores empresas do País.

Demonstraram essas empresas, a par do desejo de uma participação na difusão da cultura brasileira, confiança numa estrutura já consolidada. Assim, essas duas medidas se tornaram garantidoras da continuidade do Programa Editorial do MEC.

E, a nosso ver, o coroamento de uma idéia, surgida há alguns anos, do estabelecimento de um fundo rotativo que, com o envolvimento do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação — FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, pôde permitir a arrecadação de recursos gerados pelo Programa Editorial, e destinados à nova aplicação no mesmo Programa.

A partir de 1978, pretendemos estender o sistema de inserção de anúncios a outros periódicos, também editados pelo Departamento.

Referimo-nos à *Revista Educação, Revista Brasileira de Educação Física e Desportos e Documenta*, esta última destinada a divulgar o trabalho do Conselho Federal de Educação, consubstanciado, principalmente, em pareceres e resoluções, que definem o funcionamento das instituições de ensino no País.

É um trabalho de persistência com metas definidas e com execução por etapas, de forma que cada nova fase se inicia imediatamente após consolidar-se uma fase anterior.

Nova dimensão de circulação deve ser estabelecida também para a edição desses periódicos, ao passarem os mesmos a inserir anúncios publicitários.

É um estudo conjugado de toda a sistemática editorial, envolvendo os aspectos de custos, tiragem e critérios de circulação, com os resultados que precisam ser alcançados, mas tudo rigorosamente compatibilizado com a política global do Governo para as edições oficiais.

Dentro das diretrizes básicas dessa política, outros aspectos devem ser considerados pelo Ministério da Educação e Cultura, para garantir a regular edição dos títulos necessários ao seu funcionamento.

Estivemos assim, voltados para a definição da real necessidade de cada peça a ser editada, devendo, sobre cada uma, haver adequada justificativa, além de estudos que indicassem a tiragem necessária, mediante prévio esquema de circulação.

O objetivo era no sentido do aproveitamento integral de cada exemplar produzido, fazendo-o chegar às mãos de quem realmente o devesse receber. Nesse sentido as diretrizes básicas necessárias foram estabelecidas através da Portaria n.º 682, de 1974 e instruções complementares são enviadas aos órgãos interessados, visando a assegurar uma análise prévia de cada título a ser editado.

Formulários adequados a cada situação são preenchidos pelos órgãos do Ministério, de forma a fixar, antes da edição produzida, todas as características que enquadrem a publicação nas normas e diretrizes baixadas no âmbito do Ministério, e que são obviamente consonantes com a política do Governo para as edições oficiais.

Há, pois, da parte do Departamento de Documentação e Divulgação, um permanente acompanhamento que tem como meta principal o aperfeiçoamento da sistemática editorial vigente.

E este II Encontro revela o interesse dos Senhores pelo aperfeiçoamento do trabalho que desenvolvem em cada Universidade Brasileira e estamos certos que os estudos que aqui serão apresentados, os debates que certamente ocorrerão, e as conclusões que ao final serão conhecidas representarão precioso subsídio para os sistemas editoriais oficiais brasileiros.

O Magnífico Reitor da Universidade Federal de Viçosa, acolhendo neste recinto os integrantes do II Encontro Nacional de Diretores de Gráficas Universitárias, revelou-se sensível aos anseios de todos os que vivem e participam da produção editorial do País, que desejam sempre disciplinados, aperfeiçoados e dinâmicos os instrumentos de sua ação.

A nós do Ministério da Educação e Cultura, cabe afirmar a certeza da contribuição deste Encontro, para aprimorar os meios, as formas e as técnicas de divulgação da educação deste País.

Conciliar o conceito de velocidade, imposto por uma sociedade moderna e dinâmica, com as etapas que exigem persistência dos seus executores em uma atividade editorial que tem uma longa sequência de envolvimento, tem sido parte destacada da atuação de todos nós.

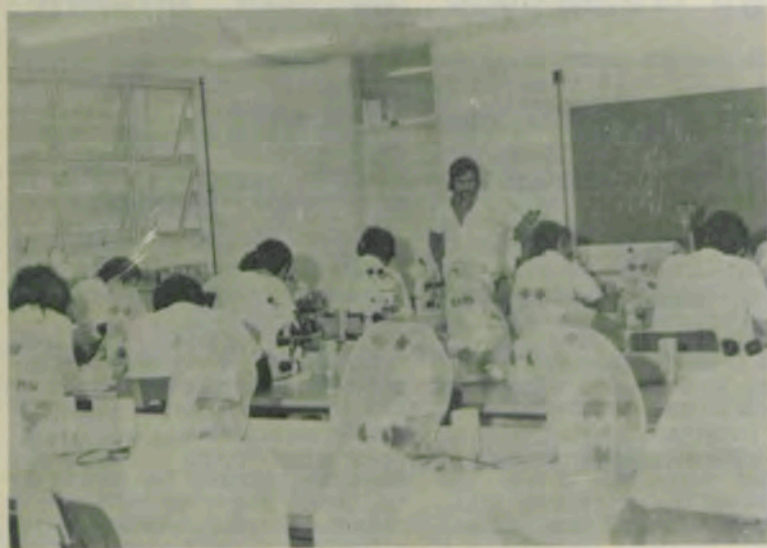
Um rápido atendimento das exigências de apoio ao funcionamento dos Órgãos do MEC não afasta, pois, a necessidade de um trabalho persistente, racional e integrado a uma sistemática global.

A ação disciplinada, o caráter supletivo e o atendimento dentro dos princípios dinâmicos do sistema devem somar-se para que a cultura brasileira em todos os seus aspectos e manifestações, os programas educacionais do País e sua envolvimento nos problemas da comunidade nacional possam ser difundidos dentro de técnicas modernas e racionais.

É a predominância do sentido de uma ação disciplinada, supletiva e dinâmica, assegurando, mediante a utilização dos complexos sistemas editoriais permitidos pela tecnologia, uma ampla divulgação das realizações nacionais.

É nossa missão neste Brasil de hoje do qual nos orgulhamos.

A vida acadêmica na Universidade Federal de Viçosa



Uma aula no Instituto de Ciências Biológicas.



Os prédios dos Alojamentos Masculinos.

Vida universitária

Professores e alunos vivem perfeitamente identificados no «campus» universitário e inteiramente dedicados aos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão.

Aos estudantes mais carentes de recursos e dentro dos limites das vagas existentes será oferecida a oportunidade de residir nos alojamentos da Universidade, a preços módicos.

Os estudantes internos e externos podem fazer uso do refeitório da Universidade que oferece alimentação farta e sadia, convenientemente balanceada, a preços reduzidos.

Apesar de o ensino ser gratuito, aos alunos, comprovadamente carentes de recursos, são oferecidas bolsas de estudo,

para cobertura de despesas com alimentação e alojamento, reembolsáveis após sua formatura.

Aos acadêmicos é oferecida a oportunidade de participar de «campi» avançados e de programação artísticas, esportivas e sociais. Para as atividades artísticas foi criada a Oficina de Arte que, além de oferecer cursos básicos de História das Artes e Cultura Brasileira, oferece, também, atividades práticas nas áreas de música, teatro, artes plásticas, cinema e dança.

Através de eleições, o corpo discente, além de participar do Diretório Central dos Estudantes, faz-se representar nos vários órgãos colegiados da Universidade.

A Universidade adota o princípio da responsabilidade individual do es-

tudante como único princípio compatível com a personalidade do educando.

Dentre os alunos que apresentem condições acadêmicas suficientes são escolhidos aqueles que devem participar das atividades de monitoria que, além de possibilitar remuneração financeira, enriquece o seu «curriculum vitae» para a vida profissional.

Os alunos, durante toda a sua vida universitária, recebem orientação acadêmica específica.

Todo estudante da UFV recebe, no ato da matrícula, o Catálogo Geral do ano acadêmico, contendo a regulamentação, o currículo e o calendário escolar da Universidade.

Os acadêmicos da UFV têm, à sua disposição, para estudos e traba-

lhos de pesquisa, as facilidades da Biblioteca Central, uma das melhores e mais bem equipadas do País.

Para aprimoramento do seu desempenho acadêmico e aconselhamento, o estudante conta com a Unidade de Apoio Didático.

Alimentação e alojamento no Vestibular

A Universidade oferecerá alimentação, no período de 7 a 13 de janeiro de 1978, de acordo com os preços e horários seguintes: café da manhã, Cr\$ 10; almoço, Cr\$ 20; e jantar, Cr\$ 20.

A Universidade oferecerá, dentro de suas possibilidades, alojamentos, a partir das 18h do dia 6 a 13 de janeiro de 1978, ao preço total de Cr\$ 150 (o aluno deverá levar roupa de cama).



Uma vista parcial do centro de Viçosa.